

TERRITÓRIO FALANTE: UMA ESCRIVIVÊNCIA DAS EXPERIÊNCIAS E (R)EXISTÊNCIAS DO QUILOMBO DOM JOÃO¹

Naiane Jesus Pinto²

RESUMO

Esse texto é fruto das minhas experiências enquanto remanescente do quilombo Dom João, bem como das vivências como discente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em São Francisco do Conde no Recôncavo da Bahia. Para tanto, pretendo estabelecer as conexões de Dom João tanto com as pessoas que foram dali expropriadas (hoje moradoras dos bairros de São Bento e Baixa Fria), quanto com as que permaneceram no local, e que resistem aos processos de expulsão articulando sua permanência através das políticas de reconhecimento do Estado às comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Quilombo Porto Dom João - História. Quilombolas - São Francisco do Conde (BA) - História. São Francisco do Conde (BA) - Divisões territoriais e administrativas.

ABSTRACT

This text is the result of my experiences as a remnant of the Dom João quilombo's, as well as my experiences as a student at the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) in São Francisco do Conde, Recôncavo da Bahia. Therefore, I intend to establish Dom João's connections both with the people who were expropriated from there (now residents of the neighborhoods of São Bento and Baixa Fria), as well as with those who remained there, and who resist the expulsion processes by articulating their stay through state recognition policies to quilombola communities.

Keywords: Quilombo Porto Dom João - History. Quilombolas - São Francisco do Conde (BA) - History. São Francisco do Conde (BA) - Territorial and administrative divisions.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Palermo Buti.

² Licencianda em Ciências Sociais pela UNILAB; especialista em Estados e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela UFBA e em QSMS pelo SENAI/DR/BA; Bacharela em Humanidades pela UNILAB e graduada em Gestão Ambiental pela Estácio.

1 INTRODUÇÃO

Escrever a minha vivência é escrever a vivência de outras: isso é o quilombo...

Muitos foram os caminhos que me fizeram iniciar esta pesquisa, todos esses caminhos são resultado de tempos diversos que se cruzaram a partir das minhas histórias familiares, me conduzindo até aqui. Por isso, esse texto é fruto das minhas experiências enquanto remanescente do quilombo Dom João, bem como das vivências como discente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em São Francisco do Conde no Recôncavo da Bahia.

Para tanto, pretendo estabelecer as conexões de Dom João tanto com as pessoas que foram dali expropriadas (hoje moradoras dos bairros de São Bento e Baixa Fria), quanto com as que permaneceram no local, e que resistem aos processos de expulsão articulando sua permanência através das políticas de reconhecimento do Estado às comunidades quilombolas.

Tecer as redes do território Dom João e contar a nossa história me faz entender os caminhos que foram e continuam sendo tecidos, e perceber que essa trama está conectada a lugares e histórias. Trata-se, portanto, de contar histórias sobre vida e morte, expulsão e permanência, grito e silêncio, memória e migração. Dom João é um caso típico de territorialização, desterritorialização e re-territorialização (LITTLE, 1994) que se abate sobre o povo negro. Pretendo escrever isso.

2 ESCREVER, AQUILOMBAR

Quando ainda era criança ouvia muito minha mãe falar algo do tipo:

“Me lembro como se fosse hoje, lá em Dom João íamos na presa lavar roupas e pescar, carregávamos lenha na cabeça, ia andando de Dom João até a Vila para comprar alimento e nada disso me cansava, papai ainda dizia que ruim não era a distância para comprar e sim ter dinheiro”.

Ouvia também minhas irmãs e irmão falando sobre as festas e antigas brincadeiras. Fui crescendo e aprendendo sobre este lugar a partir das memórias coletivas. Lembro-me bem que fui muitas vezes aos sábados para o bar do meu pai Papacapim e de lá ia assistir ao jogo no

campo Dom João. O nome de registro do meu pai é José Carlos, porém, como criava o pássaro Papacapim, ficou conhecido como Papacapim. Volta e meia estava lá e muitas vezes fui pescar com ele um peixe chamado caramuru, no Porto Dom João, onde atualmente está boa parte das residências dos quilombolas. A partir destas memórias me senti impulsionada a “escrever” e tornar públicas as vivências e experiências nesse lugar.

Tomando como referência a escrita e professora Conceição Evaristo (2017), a escrevivência conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá através da nossa vivência, seja coletiva ou particular sobre nós mulheres negras. Para tanto escreverei sobre as histórias não só de mulheres negras, mas dos meus familiares e vizinhos que também são a minha história.

Narrativas curam, tiram da invisibilidade as vidas negras, suas histórias, mas também podem adoecer e fazer com que as pessoas silenciem. Assim sendo, contá-las me faz entender e refletir de onde venho, quem sou e para onde quero voltar. Na etapa para conclusão do Bacharelado em humanidades, eu estava escrevendo o trabalho final falando sobre outro tema, ao ler um texto do professor Lívio Sansone sobre desigualdades duráveis relações raciais e modernidade no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde”, me surgiu uma inquietação quando fui lendo e me identificando com as histórias ali contadas sobre Dom João, daí então resolvi trocar de tema e falar sobre o processo de expulsão dos meus familiares e vizinhos. Eis que surgiu a dúvida. Será que esse tema é relevante para pesquisar? Inquieta e com dúvidas recorri a minha orientadora na época que foi a professora Cristiane Souza, e ela me afirmou que seria sim relevante e começamos a escrever o projeto e posteriormente a monografia.

Quando comecei a escrever a monografia sobre as experiências de migração forçada envolvendo a minha família em Dom João (PINTO, 2016) não tinha tanta noção de que Dom João era um Quilombo. Hoje tenho certeza, pois busquei entender os direitos dos povos e comunidades tradicionais, mergulhei na pesquisa para compreender meu lugar nessa “*diáspora interna*”, é um termo para pensar a continuidade da condição diaspórica dos afrodescendentes no território brasileiro. Ela é inspirada nas discussões do Grupo Geografar da UFBA. A primeira vez que ouvi esse termo foi em uma atividade de campo da oficina: *Questão Agrária “Pés no Chão”*, fomos dialogar embaixo do pé mangueira na fazenda Macaco. Sobre os conflitos que permeia a comunidade do Macaco, Quando Danilo pesquisador do GEOGRAFAR falou sobre o termo, fiz a relação dos processos migratórios e a reterritorialização ocorridos no quilombo Dom João. Sendo assim estas relações resultou em um outro artigo, chamado “Dom João: Palco de constantes conflitos territoriais” (PINTO, 2018), onde descrevo os principais conflitos ligados a este território.

Não era nascida quando meus pais foram expulsos de Dom João, vindo morar em São Bento. No entanto, nunca perdi o vínculo com este lugar. Foi também a UNILAB que me reconectou. Em uma das minhas vivências em Dom João proporcionada pelo componente curricular Educação Escolar Quilombola pela professora Eliane Costa Santos, oferecida pelo curso de Pedagogia da Unilab , fui em direção a fazenda de onde tanto ouvi falar quando criança, e logo avistei o famoso bueiro da Usina de açúcar, lugar onde meus familiares moravam. Ao pisar próximo ao bueiro, senti uma vibração muito forte, em forma de arrepio, que vinha da cabeça aos pés, dos pés à cabeça. Naquele momento tive a impressão de percorrer os caminhos trilhados pelos meus antigos, que ali viveram, trabalharam e foram expulsos. As ruínas do lugar pareciam se comunicar algo.

Figura 1 - As Ruínas do Bueiro da Usina em Dom João



Foto: Naiane Pinto (2019).

Naquele percurso fui lembrando das histórias que minha curiosidade de menina me aguçou a ouvir. Na forte vibração daquele chão tive a sensação e logo certeza de que minha ancestralidade estava ali. É como se nossos cordões umbilicais, através dos umbigos dos muitos parentes e conhecidos enterrados, estivessem conectados. Isso é o que me faz transbordar nessa escrevivência.

Em outro momento, a caminho de uma área de manguezal que compõe as paisagens de Dom João, senti uma força ancestral e comecei a lembrar do pessoal me contando as histórias de papai e suas idas ao mangue nos intervalos de folga da usina, onde trabalhava como

conzinhador³. Era ali que papai tirava o sustento da família. Ao passar pelas ruínas da Usina parecia haver uma buzina a gritar nos meus ouvidos: “foi aqui que tudo começou, “foi aqui que meus mais velhos vieram para trabalhar e viver”. Então compreendi que esse território fala, que ele é um “território falante”.

“Território falante” é um termo que estou utilizando para descrever este modo de comunicação meu com o lugar onde meus parentes viveram. Tomar este território como falante é conectá-lo às histórias de vidas que ali passaram. As narrativas familiares sobre a vida em Dom João antes de nossa saída, as ruínas ali inscritas nas paisagens, a sensação por mim sentida quando da visita ao bueiro, são formas pelas quais este território fala. Quando o território fala é que se torna possível fazer desse texto uma prática de escrivência.

Terra de expropriação, Dom João, hoje, aquilombou-se, ressurgindo através da resistência quilombola para dar voz ao que outrora foi soterrado (silenciado). Eu sou também essa voz. Hoje o território abriga uma comunidade quilombola que luta por justiça aos que estão e aos que lá estiveram. Dom João é um território falante mesmo diante das diversas formas de negação da história dos que ali viveram. Dona Joca liderança quilombola em Dom João e estudante da Unilab, volta e meia diz que devemos lutar pelos que ali viveram, e que foram expulsos, pelos vivos e pelos mortos. A luta não é por ela, é por todos. Dona Joca ensina o que é quilombo: enquanto mulher negra, ela subverte todo dia a hegemonia fazendeira da cidade, a lógica da contaminação do mangue pela cadeia do petróleo, bem como o poder público municipal, que não reconhece o quilombo.

A historiadora Beatriz Nascimento também ensina o que é quilombo, ela nos ajuda, como Dona Joca, a nortear a discussão sobre Dom João e seus quilombos. Ela vai dizer que

o Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. **A Terra é o meu quilombo**. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (NASCIMENTO, 1989).

O que Beatriz propõe é a continuidade do quilombo, mesmo com o fim da escravidão. Não é mera sobrevivência cultural, mas autoafirmação, correção da nacionalidade, identidade

³ Conzinhador é o nome dado aos profissionais que desenvolvem atividades ligadas a operação de máquinas industriais no setor açucareiro, ou seja, no conzinamento, produção de açúcar.

étnica e possibilidade de revisão dos conceitos históricos estereotipados (NASCIMENTO, 1982). Quilombo não é escravidão, mas liberdade. É uma atitude na busca pela valorização, pelo lugar. É um olhar e uma “categoria ideológica” (NASCIMENTO, 1985) para pensar a realidade do povo negro: se o racismo e a discriminação não terminaram, o quilombo deve continuar. É um projeto, um grande sonho.

A diáspora interna é a condição do povo negro, marcada por processos de desterritorialização e reterritorialização, incluindo o que ocorre e ocorreu em Dom João, com aqueles que ousaram ali viver. A diáspora interna implica a ideia de movimento, aquilombamento, ocupação de espaço em busca da vida. Foi nesse movimento de aquilombar (se) (de reunir, autocuidar, de acolher) que eu encontrei minha encruzilhada na identidade quilombola.

3 MODOS DE (DES) TERRITORIALIZAR: A PLANTATION, O ENGENHO E O PETRÓLEO

Dom João é um caso típico de um lugar atravessado pela territorialização de diferentes projetos de mundo (ESCOBAR, 2015). O lugar já serviu de fazenda de engenho no contexto escravagista, transformada em Usina no ano de 1909 (AMORIM, 2008). Foi também uma dentre as primeiras bases de exploração de petróleo para fins comerciais no Brasil, a partir dos anos 1950, lugar de moradia de trabalhadores do canavial, além de uso e modo de vida tradicional dos pescadores e pescadoras que fizeram e fazem de suas áreas de rio e mangue lugar para se viver e habitar. Dom João é hoje uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares.

Dom João remete, por isso, a seguidos movimentos de desterritorialização e reterritorialização que marcam o embate entre as forças do colonialismo e da resistência. Estão inscritos nesse lugar episódios de violência, escravidão, liberdade, degradação ambiental, migração forçada e expropriação, incluindo a que fez com que minha família passasse a viver em São Bento alguns anos antes de meu nascimento.

O Recôncavo fez parte do projeto colonial baseado na produção de cana para exportação. Um dos motivos do projeto colonial territorializar-se no Recôncavo foi a facilidade de navegação através da Baía de Todos os Santos, o *Kirimurê*, o grande mar aberto dos Tupinambás. Por isso, o Recôncavo foi palco de moradia para diversos senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar, que “fazendeirizaram” o lugar. Em São Francisco do

Conde, por exemplo, havia cerca de 50 engenhos açucareiros (CUNHA, 1997). Um destes era o de Dom João.

No ano da abolição da escravidão jurídica brasileira, em 1888, a fazenda do Engenho Dom João ocupava 534 tarefas de terras e contava como mão de obra de 38 escravizados (BARICKMAN 98/99). O engenho fechou por conta do declínio da escravidão em 1888/89 no Brasil. Após o declínio, foi transformado em Usina de produção de Açúcar, inaugurada em 1909 e pertencente à família Tourinho. (AMORIM, 2008). Essa é a usina das ruínas da minha história, inscrita nas paisagens do lugar.

Mediante o advento da usina e instalação do primeiro poço de exploração do petróleo em Dom João, muitas pessoas foram trabalhar e, conseqüentemente, ali morar. A usina e as casas ficam próximas ao rio Dom João e uma extensa área de manguezal, um território importante para a mariscagem, prática histórica para a segurança alimentar e renda dos seus moradores (PINTO, 2018).

4 VELHA VIOLÊNCIA, NOVA ESPERANÇA: ALDEIA SURGE

Após o fechamento da Usina, os meus familiares e vizinhos, trabalhadores e habitantes de Dom João, começaram a ser perseguidos por pretensos novos donos, neste caso a família Falcão. Os antigos trabalhadores da usina deveriam sair pelas pressões impostas pelo fazendeiro e pelo poder público. Zumbi⁴, um dos moradores deste primeiro processo de expulsão hoje residente em São Bento, traz o seguinte relato:

Depois do fechamento da Usina em 1969 era muita perseguição do fazendeiro, começaram colocar cães (cachorro) para ninguém entrar na fazenda, não podiam mais pegar cajá, tamarindo, manga, pescar e extrair nada. Até de lavar roupa na presa eles proibiram. As pessoas nem dormiam, com dor de cabeça, com medo dos oficiais de justiça, os capitães com a ordem de despejo. Os oficiais de justiça viraram um carma atrás do povo perseguindo o povo para desocupar as terras. (Entrevista: Zumbi, 2016).

O relato de Zumbi nos dá um norte no drama vivido pelos antigos moradores da comunidade. Estes moradores viviam e eram felizes no local, porém, foram surpreendidos

⁴ Para preservar as identidades dos interlocutores, faço uso de nomes fictícios. Os nomes escolhidos fazem menção a figuras históricas e reais da resistência negra no Brasil.

com o fechamento da Usina em 1969. Quando foi decretado estado de falência, o fazendeiro citado por Zumbi comprou as terras e obrigou os antigos trabalhadores e moradores a desocupá-las. Como estas pessoas não tinham para onde ir, já que neste lugar constituíram suas famílias, o fazendeiro começou a dar ordem e perseguir as pessoas.

Sendo assim, em 1982 ocorreu o primeiro processo de desterritorialização em Dom João⁵. Esse grupo, formado por aproximadamente 18 famílias, foi levado para o bairro de São Bento⁶, dentre eles meus familiares e vizinhos. A condução da expulsão foi feita pela prefeitura, à época, nos realocando em um conjunto habitacional chamado de “Nova Esperança”. Boa parte dessas famílias continua morando no local. Fomos ressignificando o novo espaço, buscando formas de viver em um novo território e com identidades outras, em um processo parecido ao que Little chama de reterritorialização (LITTLE, 1994). Recém chegados em São Bento, ficamos conhecidos pelos antigos habitantes do local de moradores da “Aldeia”: pois confinados em um novo lugar a partir das nossas relações e vínculos antigos. O grupo saiu de “Dom João” para se tornar “Aldeia”. Ou seja, os quilombolas saíram do seu quilombo para aquilombar-se em uma Aldeia. Esses quilombolas foram reterritorializar-se na Aldeia.

Um ponto impactante para o grupo no processo de desterritorialização foi abandonar as casas grandes e aconchegantes onde viviam, a troco de casas pequenas e sem os “*dividimentos*”, ou seja, sem divisórias, com vão único. Tivemos que nos adequar de forma coletiva. Nossas casas foram construídas em regime de “*adigório*”, nome dado às construções feitas de forma conjunta, em mutirão. Ou seja, os próprios moradores foram construindo as casas uns dos outros, conforme o relato do morador Rafael Braga: “*Quando nós mudamos para cá, as casas eram tudo aberta não tinha dividimento, eu botava um plástico para dormir.*”

A seguir mostro a imagem do contexto da saída do grupo para São Bento, e como a oficialidade local se apropriou do nosso drama em benefício próprio.

⁵ Para uma discussão mais aprofundada desta temática, bem como da noção de território-rede, ver (Territórios, redes e territórios-rede) no livro “O mito da desterritorialização” (Haesbaert, 2004, pp. 279-311).

⁶ Uma versão mais profunda deste primeiro processo, acessar a monografia: **EXPERIÊNCIAE MEMÓRIA: UMA ETNOGRAFIA DA MIGRAÇÃO FORÇADA EM DOM JOÃO, EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA, NO ANO DE 1982** (PINTO, 2016).

Figura 2 - Em 1982, quando os quilombolas chegaram em Aldeia em São Bento



Fonte: Acervo pessoal do Sr. José Feliciano (2016).

Pela imagem, percebe-se a decepção estampada nas faces dos antigos moradores de Dom João no conjunto Nova Esperança em São Bento. O cartaz, que parabeniza o antigo prefeito e a comunidade, não condiz com a realidade. Percebe-se na imagem o que disse Rafael Braga: as casas na Nova Esperança não tinham “*dividimento*”, além da falta de calçamento. O mais controverso é o nome que deram para o conjunto: “Nova Esperança.” Realmente esperança de um futuro ainda incerto que estava refletido naqueles olhares.

Quando chegaram em São Bento, não havia os manguezais para pescar nem tampouco a Caeira. A Caeira é um território pesqueiro situado no quilombo Monte Recôncavo, na encruzilhada com a Fazenda Engenho D`água e o quilombo Dom João. Quando estava construindo relatos para a escriturização, dialoguei com alguns interlocutores, meus parentes, que me contaram que

iam pescar com papai, cercavam o riacho com umas estacas para quando a maré enchesse as tainhas (peixes) vinham pulavam na canoa e eles pegava. A pescaria era a noite. Eles também botavam armadilhas de lata (ratoeira) para pegar guaiamum em Dom João.

Para continuarem a atividade da pesca artesanal em São Bento, as pessoas tinham que se deslocar até o Caís que fica distante de suas casas. O Caís de São Bento foi muito importante no período colonial, servia de Porto para atracação de bondes a vapor, pois havia ali a primeira escola agrícola da América Latina, inaugurada em 1875. Foi desse local que saíram os primeiros agrônomos e veterinários. Ainda hoje o Cais é um território pesqueiro bastante utilizado por pescadores e marisqueiras.

Em 2018, tive a oportunidade de participar como facilitadora de uma oficina sobre patrimônio material e imaterial no quilombo Monte Recôncavo. Ao dialogar com os estudantes sobre o território pesqueiro do quilombo, eles logo citaram a Caeira. Marcamos uma aula de campo e fomos caminhando por vários minutos dentro das matas até chegar à famosa Caeira. Ao chegar lá, me disseram “*pró aqui é a nossa praia*”, fomos dialogando e eu fui percebendo quão forte é a energia daquele lugar. No decorrer do diálogo fui observando o sentimento de pertencimento que aqueles jovens, e os adultos, têm com a Caeira. Assim sendo, tanto para o quilombo Monte Recôncavo como para Dom João e sobretudo para os pescadores e marisqueiras, a Caeira é lugar sagrado. Porém, observamos durante a caminhada várias cercas dentro do território pesqueiro, colocadas a mando do fazendeiro do Engenho D’água.

Na época que estes quilombolas foram morar no referido bairro, foi um choque cultural, tendo em vista a relação de pertencimento que já tinham com o quilombo Dom João. Eram quintais, dispunham de uma vasta área que cultivavam suas roças, seus umbigos foram enterrados naquele território. Sair de lá foi como um corte no cordão umbilical. A desterritorialização foi algo muito impactante na vida dessas pessoas.

Mesmo em meio a tentativa de silenciamento deste processo, as vivências e experiências continuam vivas nas lembranças, sendo contadas até os dias atuais. As vozes que foram silenciadas/abafadas em 1982 estão gritantes e latentes, pois desde 2016, quando escrevi a monografia, passaram a ser públicas e oficializadas pela minha escrita, nossa história. Em 2018 produzi um artigo narrando os conflitos territoriais⁷ que ainda assolam o quilombo Dom João, nesta escrivência. O quilombo Dom João é falante. E as histórias estão sendo contadas por quem ali esteve e está.

⁷ Sobre os conflitos territoriais, ver artigo: **Dom João: Palco de resistência e Constantes conflitos Territoriais.** (PINTO, 2018).

5 CASCAVEL: UMA BRECHA CAMPONESA NA DIÁSPORA INTERNA

O processo de expropriação não retirou todos os moradores de Dom João. Algumas famílias permaneceram, outras reterritorializar-se no local, principalmente nas áreas devastadas pelo petróleo, como no aterro construído sobre o mangue. Mesmo estando fora da área da fazenda, os antigos trabalhadores continuaram a ser perseguidos e terem suas casas demolidas. Então, desde 2008 começaram novamente os conflitos. Desta vez a acusação era porque os moradores estariam ocupando uma Área de Preservação Permanente (APP)⁸, que de acordo com a legislação ambiental proíbe a habitação humana.

Após vários anos de resistência, em 2013, houve um segundo grande movimento de desterritorialização. Parte das famílias foram removidas para outro conjunto habitacional no bairro da Baixa Fria. Mediado novamente pela prefeitura, o nome do conjunto era o nome do fazendeiro: João Falcão. Como Nova Esperança, o local de moradia ganhou outro nome: “Cascavel”. Ganga Zumba, morador do local, explica que o nome se deve ao elevado índice de cobras encontradas quando estavam construindo as casas. Disse ele em uma ocasião: *“Se aqui é mato, né minha fia! então as cobras vêm, né!? Também a gente morando aqui de vez em quando aparece. Elas saem do mato e vem para as casas”*.

Figura 4 - Conjunto Cascavel



Foto: Naiane Jesus Pinto (2019).

⁸ A legislação proíbe a habitação humana em APPs (Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012).

Desta vez 60 foram as famílias retiradas, que semelhante ao primeiro processo lamentam a perda do seu território tradicional de onde nasceram e se criaram. De acordo Ganga Zumba, as formas de violência foram as mesmas. Em suas palavras

Eu morei em Dom João de 1962 até 2013, quando a prefeita Rilza Valentim fez um acordo aí e tirou agente de lá. Eu sinto saudades de Dom João pois lá eu procurei família quando eu tinha 24 anos. Lá eu construí minha família e tudo com minha mulher e tive 11 filhos. (...) A vida lá em Dom João era mais ou menos, por que eu trabalhei 08 anos na usina e quando a usina fechou em 69 e eu tive que ir trabalhar na Usina Cinco Rios em Maracangalha, menina isso foi em 73 por aí, depois comecei trabalhar lá na fazenda, trabalhei 26 anos na fazenda e o homem só me pagou 11 anos de serviço, o restante do tempo eu perdi para ele. (..) Eu tava morando na fazenda e lá já estava tudo caindo e a gente não poderia consertar, pois Júnior Falcão, filho de José Falcão, não deixava mexer mais em nada ele fez um acordo com a prefeita Rilza e eles trouxeram a gente para cá. (Entrevista: Interlocutor Ganga Zumba, 2018)

Ao ouvir e escrever os relatos tanto de Zumbi quanto de Ganga Zumba vemos que as formas de violência se perpetuam nos dois processos: ambos foram desterritorializados por fazendeiros sob mediação do poder público, e deixaram para trás toda uma história construída em Dom João. Ao ouvir os relatos fui identificando a necessidade e a relação que as pessoas tinham com suas roças, marcadores importantes da territorialidade quilombola, como a que segue na imagem abaixo.

Figura 5 - Roça de aimpim e mandioca



Foto: Naiane Jesus Pinto (2018).

Ganga Zumba é idoso, e mesmo assim continua plantando mandioca e aipim. O detalhe preocupante é que a terra que ele planta é emprestada, ou seja a qualquer momento o suposto dono pode tomar. Essa é uma realidade quilombola: viver em um lugar não significa

ser proprietário desse lugar, o que caracteriza a insegurança jurídica desse povo. Dom João foi exemplo disso, Cascavel continua sendo exemplo disso.

As desterritorializações foram muito violentas, pois as pessoas já possuíam um vínculo muito forte com sua terra, já produziam plantio para consumo e tiveram que deixar tudo para trás: são histórias, vidas que foram violentadas. O relato acima nos leva a refletir sobre as práticas bastante comuns ligadas à plantação de roças por parte das comunidades tradicionais no Brasil. Isso tem raízes no processo colonial, mesmo com a força das grandes plantations, as roças sempre foram um lugar de referência do campesinato negro. Assim como o pescado no mangue servia como segurança alimentar, as roças de feijão, mandioca, quiabo, inhame, engrossavam o caldo da alimentação e renda, bem como a criação de animais para consumo.

Os historiadores Eduardo Silva e José Reis, no livro *Negociação e Conflito* (1988) chamam de “brecha camponesa” esse espaço da agricultura africana e afrobrasileira nos grandes engenhos. Essa prática era utilizada no período colonial, onde os senhores de engenho “liberavam” pequenos lotes de terras para que os escravizados plantassem produtos agrícolas para o próprio consumo e venda no mercado interno. Conforme os autores, um

mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista foi a criação de uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista, a chamada “brecha camponesa”. Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gênero disponível para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia válvula de escape para as pressões resultantes na escravidão. (SILVA e REIS, 1988, p. 28)

Este mecanismo não vigorou apenas no período colonial, pois observamos hoje muito essa prática nas fazendas do Recôncavo. Tem fazendeiros tirando proveito dos moradores e trabalhadores. Ouvimos muitas pessoas relatando sobre tal prática. Senhor de idade e expulso da terra onde trabalhou a vida inteira cuidando dos 11 filhos, Ganga Zumba continua cultivando sua “brecha camponesa” na diáspora interna: continuidade da opressão ligada à continuidade da resistência: isso é quilombo.

Além da perda de suas roças que cultivavam no quilombo Dom João, os quilombolas do Cascavel também perderam seu território pesqueiro, pois lá não dispõem de manguezal. Para pescarem tem que fazer agora o caminho inverso, sair do Cascavel na Baixa Fria, e ir para o Porto de onde moravam, ou seja, as linhas do território pesqueiro foram se reconectando e continuam sendo tecidas.

6 O MANQUINTAL É MEU QUILOMBO: TERRA, IDENTIDADE, ANCESTRALIDADE

Por fim, o recomeço. Dom João nos ajuda a compreender o processo de luta e resistência nos territórios das comunidades negras rurais quilombolas. Seus moradores seguem resistindo após muitas expropriações. Várias tentativas de despejo ocorreram na comunidade desde as expropriações em 2013, acarretando demolição de casas, diminuição de áreas destinadas à roça, mariscagem e pesca, bem como corte de programas sociais e serviços de saúde e educação.

Hoje ali vivem aproximadamente 80 famílias. Esta concentração se deu no Porto Dom João. Por conta de um primeiro processo de expropriação de trabalho e de terra, as famílias foram impedidas de viver nos fundos da fazenda onde trabalhavam e habitavam. Sendo assim, foram se adaptando e se constituindo como um grupo que, prioritariamente, se utiliza da pesca e da mariscagem para viver, visto as características ambientais do local, abundante em recursos hídricos, constituída de manguezal e próxima ao mar.

Por ser um local de livre acesso à água do rio, Porto Dom João tornou-se, com o tempo, um ponto de apoio e referência para a atividade pesqueira da região. Liderança pesqueira, Zé do Guaiamum é morador dali: construiu sua casa nas ruínas de um aterro da Petrobras, ao lado de um pé de Tamarindo, sendo estes os marcos de sua história no lugar. Como ele, muitos moram ao redor de paisagens arruinadas pelo petróleo. Quando levantou a casa havia o tamarineiro, que hoje simboliza junto à comunidade formas de ocupar e resistir num ambiente devastado pela cadeia petroleira. Acrescenta-se também a contribuição econômica que este pé de tamarindo deu a Zé do Guaiamum e sua família, além de servir para a multiplicação da espécie dentro do seu “manquintal” (BATHILON et al 2018).

O Manquintal é o nome pelo qual eu e os colegas, Aldine, Margarida e Lauro, em trabalho de campo para o componente curricular Laboratório de Saberes , ministrado pelo professor Rafael Buti, oferecido pelo curso de Licenciatura em Ciências Sociais, utilizamos para descrever os espaços de vida dos pescadores que estão em áreas de manguezal e ambientes domésticos em Dom João, comuns também em outros lugares da cidade e do Recôncavo. Lugares de variedade de espécies de plantas, árvores, folhas. Lugares de “patrimônio biocultural” (ALMADA, 2017), incluindo o berçário de guaiamum de Abdias, lugar de reprodução dessa espécie animal.

O manquintal é a condição de vida do povo pesqueiro, em relação aos ambientes de manguezal. Serve como contra-narrativa a esse “novo modo de expropriar” ligado ao discurso

da APP e à retórica do ambientalismo preservacionista (BUTI, 2019). Essa retórica indica racismo institucional e ambiental, pois exclui do território o povo negro e pobre, marisqueiro, e ignora o principal agente da destruição ambiental em Dom João: as fazendas e o petróleo. O manquintal é uma forma de mostrar a interação entre pescadores e os ambientes de vida, no sentido do cuidado diante de uma área contaminada, desmatada e arruinada (Idem). O manquintal é também um modo de contar história, história inscrita - ou escrita - nos lugares e paisagens. Manquintal é uma potência e modo de contar história que a Unilab também escreve.

Figura 5 - Manquintal



Fonte: Acervo fotográfico do Manquintal (2019).

Em Dom João este território falante foi e continua sendo ocupado por lugares e pessoas delineadas por muitos movimentos: do açúcar, do petróleo, da mariscagem, do manquintal, do quilombo. Por isso, há hoje uma associação quilombola cuja liderança é Dona Acotirene e outros parceiros, que lutam diariamente por direito ao território. O território não é apenas terra, não é apenas um meio de produção, é uma relação de pertencimento, cultural e ancestral, caracterizando-se também como um patrimônio coletivo, sociocultural, biocultural. Para os povos e comunidades tradicionais, a relação com a terra é marcada pelo uso tradicional dos recursos naturais, bem como pelos processos de reterritorialização. É o lugar onde enterraram seus antepassados e também um local onde produzem e reproduzem seus modos de vida, exaltando suas culturas, seus saberes e fazeres. É um local sagrado. Lugares onde os conflitos geram novas formas de apropriação das terras pelas famílias quilombolas, onde se pode ressurgir nas ruínas (BUTI, 2019).

Viver nas ruínas é o que Ana Tsing (2019) vai chamar de “ressurgência”, como a arte de existir em um mundo arruinado. Essa arte faz parte da rotina dos povos e comunidades

tradicionais, como os habitantes velhos e novos de Dom João, uma forma de sempre reconectar-se a uma terra que já não será a mesma (SILVEIRA, 2019). Ressurgir é uma forma de aquilombar-se na terra, é o fundamento do quilombo e sua reconexão, como nos ensinou Beatriz Nascimento (1989).

7 SOMOS TODAS QUILOMBOLAS

Este artigo é fruto das minhas escrituras enquanto remanescente do território de Dom João. Fiz conexões do lugar com pessoas que ali viveram e vivem, mostrando modos de habitar, violar, r(existir) e aquilombar. Percorri três lugares, tecendo os fios da história de Dom João. Neles busquei mostrar formas de violência e resistência: onde há brecha camponesa, manquintal, memória ancestral, trabalho em “*adigitório*”, resistência, há quilombo.

A Unilab me aproximou do quilombo: pisando em Dom João, me comuniquei com suas ruínas, histórias e pessoas. Esse é o “território falante”, lugar onde meus parentes viveram e saíram. Tomar este território como falante é conectá-lo às histórias das vidas que ali passaram e ainda vivem ali. Com elas me encontrei quilombola. Escrever sobre as minhas e as vivências dos outros nesse território falante me fez reconectar com a minha ancestralidade e identidade numa encruzilhada que me transmitiu boas energias e alimentou meu ser. Nesse percurso fui me descobrindo e agora posso afirmar, Dom João é quilombo e nós, parentes e vizinhos, somos todas e todos quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Emmanuel Duarte e SOUZA, Manuela Oliveira. **QUINTAIS - memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte, 2017.

AMORIM, Liliane Alves de. **Memórias e trajetórias da cana-de-açúcar na Bahia**. Dissertação UFBA, Salvador; 2008.

ARRUTI, José Maurício. **A Emergência Dos Remanescentes Notas Para o Diálogo Entre Indígenas e Quilombolas**. Andion, 1997.

BARICKMAN B. J, **Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)**. IN. Afro-Ásia 1998/1999. Salvador: EDUFBA.

BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATHILON, Aldine V.; BENDO, Margarida D. L.; CARDOSO, Lauro J.; PINTO, Naiane J., **Saber Manquintal: Manquintal no quilombo Dom João como espaço de memória e resistência**. Trabalho Final da Disciplina Laboratório de Saberes II, ministrada pelo Professor Rafael Palermo Buti no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Unilab, 2018.

BUTI, Rafael Palermo. **O “Gaiamum Petroleiro”, o “Meio Ambiente”, o “Quilombo” e o “Manquintal”: notas sobre (des)fazer mundos nas paisagens de manguezal no Recôncavo da Bahia**. Reunião de Antropologia da ciências e tecnologia, Anais da VII REACT, Santa Catarina, 2019.

CUNHA, Mario Pinto. **Memorial de São Francisco do Conde**. Salvador: Gráfica Central, 1977.

ESCOBAR Arturo. **Territórios de Diferencia - La ontologia política de los derechos dello territorio**. Carolina do Norte, 2015

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**. VII Seminário Internacional Mulheres e Literatura. UCSAL, 2017.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GEOGRAFAR, **Relatório preliminar Comunidade Negra Rural quilombola Porto de Dom João São Francisco do Conde-BA**. Salvador. POSGEO/UFBA, Salvador, 2015.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de Exclusão**. In: CASTRO, Iná de et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214, 1994

LITTLE Paul E. **Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização**. Brasília, UNB, 1994.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil - para uma antropologia da territorialidade**. UNB, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso (1982)**. In: RATTTS, Alex, Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985)**. In: RATTTS, Alex, *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, 2006.

PINTO, Naiane Jesus. **DOM JOÃO: palco de Resistência e constantes conflitos territoriais, São Francisco do Conde**, UFBA 2018.

PINTO, Naiane. J. **Experiência e Memória: uma etnografia da Experiência de *migração forçada* em Dom João, em São Francisco do Conde- BA**. Monografia de TCC, UNILAB, 2016.

REIS, João José. **“Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos”**. Afro-Ásia, Salvador, n. 15, pp.100-126, 1992.

SANSONE, Lívio. “Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidade no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde”. In Pereira, Cláudio Luiz & SANSONE, Lívio (org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Eduardo & REIS, João Jose. **Negociação e conflito. A resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SILVEIRA, Pedro. **Viver nos tempos: Gaia, Chthulu, compostos e quilombos**. Revista Coletiva n° 4/2018.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil 1587.colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TSING, Anna. **Viver nas Ruínas - paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: Mil Folhas, 2019.